

## **COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL**

### **REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO N° .....**

**(Do Sr. João Paulo Cunha e outros)**

**Solicita seja convocado o Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, afim de prestar esclarecimentos sobre o balanço da reforma agrária do governo.**

**Senhor Presidente:**

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>, com base no art.50 da Constituição Federal e na forma do art.219, § 1º, do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne adotar as providências necessárias à convocação do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Sr. José Abraão, para comparecer à esta comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre o balanço da reforma agrária do governo.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Nesta semana ficou público, por meio de matéria sob o título “Governo infla balanço da reforma agrária” veiculada no jornal de grande circulação nacional *Folha de São Paulo* que o “Governo está inflando os balanços anuais de reforma agrária com assentamentos que não saíram do papel, terrenos vazios e áreas onde não há casas nem sequer infra-estrutura básica para os trabalhadores rurais, como água tratada, energia elétrica e rede de esgoto”.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário é responsável pela criação dos assentamentos e, portanto, também pela divulgação dos dados que compõem os balanços anuais da reforma agrária. Segundo a matéria citada anteriormente, o balanço do número de famílias assentadas em 2001 divulgado por esse Ministério, em fevereiro de 2002, está inflado em pelo menos 5.009 famílias, quando comparados com os dados de vinte superintendências do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Incra.

Para se ter um exemplo desse disparate, a matéria discursa sobre o caso de Santa Catarina, o número apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário de famílias

assentadas em 2001 é de 658 famílias, já os dados da Superintendência do Incra no Estado é de 436. Por outro lado, a Coordenação Geral de Monitoração e Controle do Incra em Brasília apresenta um documento com outro número, 353 famílias.

Segundo a matéria, um dos expedientes para o Ministério inflar o balanço e possibilitar a divulgação de que o Governo assentou “600 mil famílias em sete anos” tem sido por meio da contabilização da “mera capacidade total do assentamento como o número final de assentados em determinada área, sem que se saiba se os lotes serão efetivamente ocupados”. Como exemplo, cita casos de assentamentos “fantasmas”, como o Projeto de Assentamento Porco Morto, em Alto Alegre do Pindaré, no Maranhão. “Enquanto os números desse assentamento estão mantidos no balanço do Governo Federal, as famílias que deveriam estar na área vivem sem infra-estrutura, em casas de taipas na periferia da cidade, aguardando autorização para entrar no terreno.”

Como essa matéria causou profundo impacto na opinião pública nacional, e indignação entre cientistas que utilizam os balanços anuais publicados pelo Incra e pelo Ministério para elaborar estudos sobre esse assunto, acreditamos que o Ministro do Desenvolvimento Agrário deva prestar esclarecimento sobre esse assunto.

Esperamos, pois, ver o presente requerimento aprovado pelo Plenário, depois de recebido e processado pela douta Mesa.

Sala das Sessões, em 23 de Abril de 02

Deputado João Paulo Cunha

Deputado João Grandão

Deputada Luci Choinacki

Deputado Adão Pretto

Deputado Nilson Mourão

Deputado Padre Roque

Deputado Waldomiro Fioravante

Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh